

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE TAQUARI torna público para conhecimento dos interessados que, na sala de reuniões de sua Comissão Permanente de Licitações, em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores, pelo Decreto nº 2.057, publicado em 09 de março de 2007 e, no que couber, a Lei Complementar 123/2006, irá proceder ao recebimento dos documentos de habilitação e propostas, na modalidade **Concorrência**, tipo menor preço, a serem apresentados até o dia **06 de setembro de 2018**, às **09 horas**, ocasião em que serão as mesmas abertas, na presença dos interessados, e julgadas pela Comissão de Licitações, mediante as condições deste Edital.

I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

I.1 - Contratação de empresa, pelo regime de empreitada global (fornecimento de material e mão de obra), para execução da obra de reforma do prédio sede da Prefeitura Municipal de Taquari, RS, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos, anexos ao presente edital e que passam a fazer parte integrante do mesmo.

II – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A apresentação da Documentação e da Proposta deverá ser em dois envelopes distintos e lacrados, endereçados à Comissão Permanente de Licitações, contendo em sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 002/2018
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE – NOME COMPLETO DA EMPRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 002/2018
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE – NOME COMPLETO DA EMPRESA

No local, dia e hora definidos neste edital, a Comissão de Licitações procederá ao julgamento dos envelopes 01 (documentação) e 02 (proposta).

II.1) Envelope 01 - Documentação:

Os interessados deverão apresentar, na data anteriormente citada, no horário de expediente, os seguintes documentos:

II.1.1) Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Declaração de cumprimento do disposto no art.7º inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme o inciso V do art.27 da Lei 8.666/93 introduzido pela Lei 9.854 de 27/10/99 (declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos).

II.1.2) Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município sede do licitante, relativo a atividade por este exercida (ÁLVARA MUNICIPAL);

c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio sede do licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 01/05/1943;

VI.1.3) Qualificação Técnica:

a) Prova do Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de origem, domicílio ou sede da licitante ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O visto do CREA/RS, para empresas não domiciliadas no Estado, será exigido pela ocasião de assinatura do contrato.

b) Para atendimento da qualificação técnico-profissional: comprovação da empresa possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológicas equivalentes ou superiores a 50% da área total do objeto da licitação (ou seja, 2.003,23m²), em uma mesma obra ou mais de uma, limitado a no máximo três atestados, de obra já concluída, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, que deverá conter as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização da obra, período de execução da obra, descrição dos serviços executados e suas quantidades, observados os requisitos constantes no item “d”.

b.1) a prova da empresa possuir no quadro funcional, profissional de nível superior será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e, no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou por meio de contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum.

b.2) O profissional descrito neste item deverá ser o responsável técnico em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual;

c) Para atendimento da qualificação técnico-operacional: será exigido um atestado de capacidade técnica da licitante (pessoa jurídica), devidamente certificado pelo CREA ou CAU, que comprove a execução de obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológicas equivalentes ou superiores a 50% da área total do objeto da licitação (ou seja, 2.003,23m²), em uma mesma obra ou mais de uma, limitado a no máximo três atestados, de obra já concluída, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá conter as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, período de execução da obra, descrição dos serviços executados e suas quantidades, observados os requisitos constantes no item “d”.

d) Os atestados apresentados para atendimento das letras “b” e “c” deverão englobar todos os serviços dispostos no quadro abaixo, não precisando, obrigatoriamente, constar em um único atestado:

Serviços Mínimos Requeridos:
- estrutura em concreto armado e metálico;
- recuperação estrutural químico;
- instalações hidrossanitárias;
- instalações elétricas, incluindo subestação transformadora de energia elétrica;
- instalações de divisórias leves;
- instalação de forro mineral;
- Rede lógica ou cabeamento estruturado com certificação;
- Rede hidrante e mangotinho;
- instalação de alarmes de emergência com sistema endereçável;
- instalação de sistema de detecção de fumaça ótico com sistema endereçável
- instalações de extintores, sinalizações e iluminação de emergência.

d.1) Deverão ser apresentados somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação do atendimento às letras “b” e “c”, evidenciando, com marca texto ou outra forma, os itens que comprovam as exigências.

e) Equipe Técnica – deverão ser apresentados os técnicos responsáveis pela condução dos trabalhos, através de uma relação dos técnicos de nível superior e de nível auxiliar médio, até o nível de encarregado, sendo que estes profissionais deverão participar da obra e/ou serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Município;

f) Atestado de visita ao local das obras, a ser feita por profissional habilitado pertencente aos quadros da licitante ou contratado para este fim específico, de nível superior (devidamente registrado CREA ou CAU).

f.1) Não será permitido que o profissional que realizará a vistoria técnica seja indicado como representante para duas ou mais licitantes.

f.2) A referida visita deverá ser realizada **até o segundo dia útil anterior** a data da abertura dos envelopes, mediante prévio agendamento. Fone para marcar a visita: (51) 3653.6200, Ramal 224.

Obs.: não serão realizadas visitas sem agendamento.

g) Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução das obras objeto da presente licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras e atendem a legislação trabalhista referente a segurança do trabalho. Os equipamentos estarão sujeitos a vistoria “in loco” pelos técnicos do Município, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

VI.1.4) Qualificação Econômica:

a) Prova de qualificação econômico-financeira da empresa, se dará através de demonstrações contábeis do último exercício, devendo o licitante apresentar, já calculados, os seguintes índices, sob pena de desclassificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

LIQUIDEZ INSTANTÂNEO:

AD
---- Índice Mínimo: 0,05

PC
LÍQUIDEZ CORRENTE:

AC
---- Índice Mínimo: 1,00
PC

LIQUIDEZ GERAL

AC + ARLP
----- Índice Mínimo: 1,00
PC + PELP

GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS

PL
----- Índice Mínimo: 1,00
PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO:

PC + PELP
----- Índice Máximo: 0,50
AT

CAPACIDADE DE CONTRATAÇÃO

$ICC = ((K * PL) / (MCE + PO)) * (n/12)$ Índice Mínimo: 1,00

ONDE:

AC = Ativo Circulante

AD = Ativo Disponível

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AP = Ativo Permanente

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

K = Fator de Rotação anual do Patrimônio Líquido – Considerado = 10

MCE = Montante dos contratos a executar, conforme descritos da declaração do item II.1.4., letra “b”

PO = Preço Orçado pelo Órgão constante no edital

n = Prazo em meses estipulado para execução das obras e serviços em licitação

- Para fins de comprovação dos indicadores apresentados, conforme subitem “a” e cálculo dos mesmos, deverá ser acompanhado do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devendo os mesmos estar registrados na Junta Comercial, inclusive o Termo de Abertura, assinados por Contador habilitado e com registro no CRC, indicando expressamente o número do livro e as folhas em que se encontra regularmente transcrito. A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de solicitar os originais de todos os documentos contábeis necessários para conferir os dados acima mencionados.
- As sociedades constituídas no curso do próprio exercício podem participar da licitação, mediante exibição do balanço de abertura.
- Serão consideradas habilitadas as empresas que atingirem **pelo menos quatro dos seis itens** anteriores de capacitação econômico-financeira, dentre os quais é obrigatório ser atingido o índice mínimo de capacidade de contratação.

b) Declaração, assinada pelo representante legal e pelo contador da empresa, para efeito do disposto no §4º, do artigo 31 da Lei 8.666/93, contendo a relação de todas as obras que estão sendo executadas/contratadas pela empresa, discriminando o valor total de cada obra, data prevista para conclusão, bem como o saldo dos contratos a executar (em R\$).

c) As licitantes terão ainda que comprovar Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, ou seja, de R\$ 369.381,97 (trezentos e sessenta e nove mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos);

d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da aprezada para o recebimento das propostas.

e) Apresentação de comprovação de recolhimento de garantia, calculada em 1% (um por cento), sobre o valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 36.938,19 (trinta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e dezenove centavos), sendo este recolhimento realizado em uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/93.

e.1) Este recolhimento será efetivado, quando em dinheiro, perante a Secretaria Municipal da Fazenda através de depósito bancário, na Conta 04.123.084.0-0, Agência 0950, do BANRISUL. Para efetuar o depósito o licitante deverá ligar para o Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Taquari e solicitar o código identificador.

Obs.:1) A garantia de que trata a letra “e”, do item II.4, do presente edital, poderá ser levantada imediatamente após a homologação do certame.

VI.2) No momento da contratação, conforme determina a Cláusula Segunda da minuta de contrato, a empresa vencedora deverá apresentar comprovação de **Prestação de Garantia de fiel execução do contrato** em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação a ser celebrada, na forma de fiança bancária, seguro garantia, caução em dinheiro ou título da dívida pública, devendo ser apresentada na data de assinatura do contrato. A empresa vencedora somente poderá retirar a garantia após a conclusão da obra e fiscalização pelo Setor de Engenharia.

OBSERVAÇÕES:

1) Se o proponente desejar participar da reunião de julgamento de habilitação e proposta da referida licitação, deverá entregar à comissão permanente de licitações, **separadamente, antes de iniciar o julgamento do certame, a Procuração, no caso do licitante estar representado por Procurador ou cópia do Contrato do Social, no caso do licitante estar representado por representante legal da empresa.**

2) Todos os documentos, quando apresentados em cópia, devem ser autenticados previamente, em cartório ou pela Comissão de Licitações, mediante apresentação do original. As negativas disponibilizadas em sistema informatizado de consulta podem ser apresentadas mediante documento impresso, retirado da Internet.

3) Os documentos apresentados deverão estar com prazo dentro da validade até a data do julgamento da presente licitação.

II.2) Envelope 02 - Proposta:

A proposta financeira deverá ser apresentada em uma via, de forma legível (de preferência digitada ou datilografada), assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, de acordo com objeto do edital, constando CNPJ, a razão social, endereço, telefone e e-mail atualizado, e incluirá:

II.2.a) deverá ser cotado o **valor global (incluindo material e mão de obra, discriminadamente, obedecendo a proporcionalidade das planilhas de orçamento)**, respeitando o valor máximo determinado através do presente edital, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, assinado, também, pelo responsável técnico legalmente habilitado;

Obs.: a empresa deverá apresentar discriminadamente as planilhas de cada pavimento.

II.2.b) cronograma físico-financeiro, de cada pavimento, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, bem definidas, assinado, também, pelo responsável técnico legalmente habilitado;

II.2.c) declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, assinada, também, pelo responsável técnico legalmente habilitado;

Observação: O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes desta licitação.

III – DA ABERTURA E DO JULGAMENTO:

III.1) No local, dia e hora definidos neste Edital, a Comissão de Licitações, após ter recebido do representante da licitante os ENVELOPES 1 e 2, juntamente com o seu documento de identificação pessoal, procederá ao julgamento desta licitação que será processada e julgada com observância dos artigos 43 e 44 seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

- a) Abertura do ENVELOPE 1, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das licitantes;
- b) Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, serão rubricados pela Comissão de Licitações que os submeterá à análise e rubrica dos representantes das licitantes presentes.

III.2) A Comissão de Licitações examinará os documentos do ENVELOPE1 de cada licitante e lavrará a correspondente ata da sessão podendo, neste ato, ao seu exclusivo critério, proferir o julgamento dessa fase habilitatória ou fazer tal julgamento no prazo de cinco dias úteis a contar desta data.

III.3) Será inabilitada a licitante que:

- a) deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados no ENVELOPE 1 ou apresentá-los em desacordo com as exigências do presente Edital;

III.4) O ENVELOPE 2 devidamente lacrado e rubricado, contendo a PROPOSTA COMERCIAL da licitante inabilitada será devolvido ao representante legal da mesma, após a homologação do procedimento licitatório.

III.5) Caso a licitante inabilitada, não retire o ENVELOPE 2 no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data de homologação da licitação, o mesmo será destruído lavrando-se o competente termo.

III.6) A Comissão de Licitações, abrirá o ENVELOPE 2 das licitantes habilitadas e divulgará o valor global de cada proposta cujos documentos serão analisados e rubricados pelos representantes das licitantes presentes e rubricados pela Comissão de Licitações;

III.7) A Comissão de Licitações verificará a PROPOSTA COMERCIAL quanto a eventuais erros aritméticos, os quais serão corrigidos pela mesma, na forma seguinte:

- a) No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

III.8) A seguir, a Comissão de Licitações analisará a PROPOSTA COMERCIAL das licitantes habilitadas, desclassificando aquela que:

- a) deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste Edital, ou apresentá-los em desacordo com qualquer exigência deste Edital;
- b) apresentar qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- c) apresentar preço de mão de obra irrisório ou simbólico ou de valor zero ou excessivo, exceto quando envolverem materiais ou equipamentos de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, expressamente, a parcela ou à totalidade da remuneração;

d) apresentar preço global, superior ao estabelecido neste Edital ou inexecutável, ressalvado o disposto no art. 48 da Lei.8.666/93 com sua alteração produzida pela Lei 9.648 de 27/05/98

e) apresentar prazo de execução das obras e serviços objeto desta licitação diferente do estabelecido neste Edital.

III.9) Critério de Julgamento: As propostas das licitantes habilitadas, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital, serão julgadas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** e classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços.

III.10) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público com a convocação prévia de todos os licitantes, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

III.11) A autoridade competente homologará e adjudicará o objeto licitado à primeira classificada, se outra não for sua decisão;

III.12) A Comissão de Licitações comunicará formalmente este ato às licitantes.

IV – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

IV.1) A impugnação do Edital e/ou de seus anexos, **deverá ser protocolada** e dirigida ao Prefeito Municipal, observados os prazos legais.

IV.2) Apresentada a impugnação a mesma será respondida ao interessado no prazo legal.

V – DOS RECURSOS:

V.1 - Divulgada a decisão da Comissão de Licitações, no tocante à fase de habilitação ou de classificação, se dela discordar, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso, contado da data de divulgação do resultado;

V.2 - Interposto o recurso, em qualquer fase da licitação, dele se dará ciência formalmente às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

V.3 - O recurso administrativo, dirigido à Autoridade Superior, deverá ser interposto ao Presidente da Comissão de Licitações e entregue, **mediante protocolo**.

V.4 - O recurso referente à fase de habilitação ou de classificação terá efeito suspensivo;

V.5 - A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e a Lei 8.666/93 não será conhecido;

V.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

VI – DO PRAZO CONTRATUAL:

VI.1) O prazo máximo para execução das obras/serviços desta licitação será de **180 (cento e oitenta dias) para cada fase**, conforme definido no memorial descritivo, seguindo o cronograma de cada pavimento, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço, excluídos os dias impraticáveis, atestados pela fiscalização do município e registradas no diário de obras, que deverá

ficar a disposição desde a instalação do canteiro de obras até a conclusão da obra, sendo o original entregue, ao final, à Administração, dele podendo ser extraídas cópias.

VI.3 – As ordens de serviços serão emitidas por fase, conforme estabelecido no Memorial Descritivo, sendo, portanto, os prazos de execução contados individualmente.

VI.4 – As prorrogações de prazo somente poderão ser concedidas, a pedido da **CONTRATADA**, através de requerimento amplamente fundamentado, dirigido à fiscalização, pelo menos **15 (quinze) dias** antes de vencer-se o prazo original.

VII – DO PAGAMENTO:

VII.1) O valor máximo a ser pago pela referida obra será **R\$ 3.693.819,73 (três milhões seiscentos e noventa e três mil oitocentos e dezenove reais e setenta e três centavos)** dos quais R\$ 2.676.340,19 (dois milhões seiscentos e setenta e seis mil trezentos e quarenta reais e dezenove centavos) referentes ao material; e R\$ 1.017.479,54 (um milhão dezessete mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) referentes à mão de obra, conforme Planilha Orçamentária apresentada pelo Setor de Engenharia.

VII.1.1) Do valor máximo supra estabelecido:

- a) R\$ 1.748.288,50 (um milhão setecentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) correspondem a execução dos serviços preliminares e dos 1º, 2º e 3º pavimentos (1ª fase), que serão executados, neste exercício, sendo R\$ 1.537.300,27 (um milhão quinhentos e trinta e sete mil trezentos reais e vinte e sete centavos) com recursos provenientes do PMAT e R\$ 210.988,23 (duzentos e dez mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e três centavos) com recursos próprios;
- b) R\$ 1.945.531,23 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e três centavos), correspondem a execução dos demais pavimentos (subsolo, térreo e 4º), cujas obras estão previstas para os exercícios de 2019 e 2020, com recursos próprios que serão devidamente alocados nos respectivos orçamentos.

VII.2) O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, em moeda corrente nacional, mediante liberação dos recursos financeiros provenientes do PMAT e seguindo o cronograma físico-financeiro, **após vistoria, avaliação minuciosa e aprovação pelos Engenheiros responsáveis**, com a apresentação da fatura, apresentada pelo contratante e aprovado pelo setor de engenharia, bem como dos demais documentos exigidos no **item I.2**, com seus respectivos subitens, da Minuta de Contrato, Anexo I, do presente Edital, que deverão ser entregues ao Fiscal Anuente e ao Setor de Contabilidade, conforme consta no instrumento contratual.

VII.3) Qualquer descumprimento do que estiver previsto no edital e ou seus anexos, poderá resultar no cancelamento do pagamento.

VII.4) Respeitadas as condições previstas neste Edital, em caso de atraso de pagamento, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial pró rata tempore, mediante a seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + TR/100)^{N/30} - 1] \times VP,$$

onde:

- AF = Atualização financeira;
TR = Percentual atribuído à taxa referencial;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

VIII – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO:

VIII.1) O preço ajustado no Contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido em processo administrativo, respeitando-se os limites previstos em lei.

IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

IX.1) As despesas decorrentes desta licitação correm por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;
Proj./Atividade: 1023 – Conclusão e Reeq.Centro Administrativo;
Recurso: 1580 – PMAT;
4.4.9.0.51.04.00.00 – Obras e Instalações.

Proj./Atividade: 2033 – Manutenção dos Serviços Urbanos;
Recurso: 1 – Livre;
4.4.9.0.51.04.00.00 – Obras e Instalações.

Proj./Atividade: 1032 – Asfaltam.,Recup.e Calçamento de Ruas;
Recurso: 1 – Livre;
4.4.9.0.51.04.00.00 – Obras e Instalações.

X – DAS PENALIDADES:

X.1) Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou convidada a fazê-lo não atenda no prazo fixado, garantida de prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita às seguintes cominações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,2%, por dia de atraso, limitada esta a 15 dias, após o que será considerada rescisão contratual;
- c) Multa de 10 %, cumulada com suspensão do direito a licitar e contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano;
- d) Multa de 12 %, cumulada com a suspensão do direito a licitar e contratar com a administração pelo prazo de 01 (um) ano.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

X.2) A licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, ou atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação; retirar sua proposta comercial após conhecer os preços das demais participantes, ou ainda demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos praticados, estará sujeita às penalidades previstas no subitem precedente deste Edital, e outras que couberem;

X.3) Sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens precedentes deste Edital, a Comissão de Licitações ou a Autoridade Superior poderá inabilitar a licitante ou desclassificar a proposta comercial sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante;

X.4) A Comissão de Licitações poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não;

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

XI.1 - Lavrar-se-ão atas das reuniões públicas da Comissão de Licitações que, após lidas e aprovadas, serão assinadas pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes;

XI.2 - Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação;

XI.3 - A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

XI.4 - O Município de Taquari reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL;

XI.5 - É facultado à Comissão de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo, no entanto, vedado à licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL;

XI.6 - O Município poderá, ocorrendo rescisão ou distrato do Contrato, convidar a segunda classificada e assim sucessivamente, para complementar o objeto, no prazo contratual original previsto, nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço;

XI.7 – Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado;

XI.8 – Fazem parte deste Edital, como ANEXO I – a Minuta de Contrato; ANEXO II – o memorial descritivo; ANEXO III – a planilha orçamentária e cronograma físico financeiro; e ANEXO IV – os projetos executivos;

A presente licitação é regida pelas Leis Federais no. 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, ainda que não constantes do presente ato convocatório.

Qualquer litígio será dirimido pelo foro desta Comarca de Taquari, com renúncia expressa a qualquer outro.

Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente - das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min - na PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI – RS, sito à Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, junto ao Setor de Licitações e Contratos ou pelo Telefone (51) 3653.6200, ramal 237, E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br.

Taquari, 02 de agosto de 2018.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA
Secretário da Fazenda